

06/12/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 108.373 MINAS GERAIS

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
REDATOR	DO: MIN. GILMAR MENDES
ACÓRDÃO	
PACTE.(S)	: FERNANDO HARRISON DIAS
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Habeas corpus. 2. Furto. Bem de pequeno valor. Mínimo grau de lesividade da conduta. 3. Aplicação do princípio da insignificância. Possibilidade. 4. Ordem concedida.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do Senhor Ministro Ayres Britto na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por empate de votos, conceder a ordem – RISTF 150, § 3o., nos termos do voto do Redator para o acórdão.

Brasília, 6 de dezembro de 2011.

Ministro **GILMAR MENDES**

Redator para o acórdão

Documento assinado digitalmente

06/12/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 108.373 MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA
REDATOR DO: MIN. GILMAR MENDES
ACÓRDÃO
PACTE.(S) : FERNANDO HARRISON DIAS
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR): Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de FERNANDO HARRISON DIAS, contra acórdão proferido pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do HC 192.242/MG.

Consta dos autos que o paciente, **policial militar do Estado de Minas Gerais** à época dos fatos, foi denunciado pela prática do crime previsto no art. 240, *caput* c/c art. 9º, I do Código Penal Militar. A denúncia descreveu a conduta nos seguintes termos:

“(...) o denunciado, fardado e no seu horário de serviço, entrou no estabelecimento comercial denominado “Supermercados BH”, onde subtraiu uma caixa de bombons da marca “Bis”, colocando a res dentro do colete à prova de balas. (...) Insta salientar que o denunciado já havia sido observado pelos funcionários do supermercado, em outras ocasiões, cometendo o mesmo delito, sendo que somente na data dos fatos foi possível o flagrante delito” (fls. 29-30, instrução 4, anexo 1).

A impetrante requer o trancamento da ação penal de origem, alegando a incidência do princípio da insignificância sobre o fato, tendo em vista o pequeno valor da res furtiva.

Indeferi o pedido de liminar e o Ministério Público Federal opinou

HC 108.373 / MG

pela denegação da ordem.

É o relatório.

06/12/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 108.373 MINAS GERAIS

VOTO

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR): Não obstante a relevância dos argumentos expendidos na inicial, entendo estarem **ausentes** os requisitos autorizadores da incidência do princípio da insignificância.

De início, destaco que o acórdão impugnado revelou acertadamente os fundamentos pelos quais se deixou de aplicar o princípio da insignificância ao caso concreto, merecendo destaque o fundamento relativo ao *“alto grau de reprovabilidade da conduta do paciente que, policial militar à época dos fatos, fardado e no seu horário de serviço, subtraiu uma caixa de chocolates, colocando-a dentro de seu colete a prova de balas”*.

Como se sabe, é da jurisprudência dessa Corte que a aplicação do princípio da insignificância para justificar a atipicidade da conduta não deve ser norteadada apenas à vista da suposta inexpressividade pecuniária envolvida, já que existem bens jurídicos outros que se pretendem ver tutelados.

No presente caso, cujo delito em questão é de natureza militar, **também** devem ser tuteladas a disciplina, a moralidade administrativa e a fidelidade do agente público para com o exercício de suas atividades funcionais (dentre outros, HC 103.684/DF, rel. min. Ayres Britto, DJe-070 de 12.04.2011, e HC 105.676/RJ, da minha relatoria, DJe-192 de 11.10.2010).

Do exposto, **voto pela denegação da ordem**, sobretudo em decorrência do elevado grau de reprovabilidade da conduta imputada ao ora paciente.

06/12/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 108.373 MINAS GERAIS

VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Presidente, eu acompanho o Relator, porque o policial militar, ao portar-se desta maneira reprovável, na verdade, coloca em xeque a credibilidade da Instituição a que pertence, e as instituições sociais, como nós sabemos, vivem sobretudo da credibilidade que a sociedade lhes hipoteca; isso numa democracia. Uma ordem pública não se assenta sobre as baionetas, como dizia o mestre Taillierant, da política francesa.

Eu concordo com o eminente Relator que a reprovabilidade da conduta do paciente é elevadíssima e que não permite o reconhecimento do princípio da bagatela.

06/12/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 108.373 MINAS GERAIS

ANTECIPAÇÃO AO VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Presidente, tenho a impressão de que já me manifestei em sentido contrário ao que vem sendo afirmado, tendo em vista questão substancial envolvida no valor do bem de que se cuida.

Num raciocínio *de lege ferenda*, nós temos até discutido, Presidente, a partir de várias considerações, a possibilidade de buscar algum tipo de reprimenda para essas faltas que se enquadram no âmbito do princípio da insignificância. Mas aqui é quase uma ironia, quer dizer, ainda que com essas características, por conta de uma barra de chocolate, de Bis.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Quatro unidades no valor de quarenta centavos, segundo o acórdão do STJ.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Realmente, isso me parece mostrar a necessidade de encontrarmos um outro modelo.

De modo que, pedindo vênias ao Relator e ao Ministro Ricardo Lewandowski, vou manifestar-me no sentido do deferimento da ordem. Reconheço que estamos aí num processo de experimentalismo institucional, mas a própria ideia de insignificância, na verdade, é a concretização da ideia de proporcionalidade, e aqui ela se materializou de forma ainda mais radical. Talvez, pelo tipo de conduta, isso merecesse outro tratamento - indica algum desvio. Contudo, o próprio dolo, quer dizer, a intenção de cometer um crime de índole, de atingir o patrimônio de alguém, parece aqui longe de se concretizar.

06/12/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 108.373 MINAS GERAIS

VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES – Presidente, tenho a impressão de que já me manifestei em sentido contrário ao que vem sendo afirmado, tendo em vista questão substancial envolvida no valor do bem de que se cuida.

Deveras, num raciocínio de *lege ferenda*, temos até discutido, Presidente, a partir de várias considerações, a possibilidade de buscar algum tipo de reprimenda para essas faltas que se enquadram no âmbito do princípio da insignificância. Realmente, isso me parece mostrar a necessidade de encontrarmos um outro modelo.

Mas, aqui, é quase uma ironia, quer dizer, ainda que com essas características, por conta de uma barra de chocolate, de Bis. No ponto, observo que a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, em casos análogos aos dos autos, tem-se pronunciado no sentido da inexistência de lesão ao bem juridicamente protegido, o que reclama a aplicação do princípio da insignificância. Nesse sentido: HC 107.638/PE, rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe 28.9.2011; RHC 89.624/RS, rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJ 7.12.2006; HC 87.478/PA, rel. Min. Eros Grau, Primeira Turma, DJ 23.2.2007.

De modo que, pedindo vênia ao Relator e ao Ministro Ricardo Lewandowski, vou manifestar-me no sentido do deferimento da ordem.

Reconheço que estamos num processo de experimentalismo institucional, mas a própria ideia de insignificância, na verdade, é a concretização da ideia de proporcionalidade, e aqui ela se materializou de forma ainda mais radical. Talvez, pelo tipo de conduta, isso merecesse outro tratamento - indica algum desvio. Contudo, o próprio dolo, quer dizer, a intenção de cometer um crime de índole, de atingir o patrimônio de alguém, parece aqui longe de se concretizar.

Nesses termos, tenho que — a despeito de restar patente a existência da tipicidade formal (perfeita adequação da conduta do agente ao modelo

HC 108.373 / MG

abstrato previsto na lei penal) — não incide, no caso, a tipicidade material, que se traduz na lesividade efetiva e concreta ao bem jurídico tutelado, sendo atípica a conduta imputada ao paciente.

Por fim, atesto que a jurisprudência desta Corte tem sido no sentido de que a insignificância da infração penal, que tenha o condão de descaracterizar materialmente o tipo, impõe o trancamento da ação penal por falta de justa causa (HC n. 92.411/RS, rel. Min. Ayres Britto, 1ª Turma, unânime, DJe 9.5.2008; HC n. 88.393/RJ, rel. Min. Cezar Peluso, 2ª Turma, unânime, DJe 8.6.2007; HC n. 84.687/MS, rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, unânime, DJe 27.10.2006; HC n. 84.412/SP, rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, unânime, DJe 19.11.2004; e HC n. 83.526/CE, rel. Min. Joaquim Barbosa, 1ª Turma, unânime, DJe 7.5.2004).

Nesses termos, pedindo vênia, meu voto é no sentido de conceder a ordem de *habeas corpus* a fim de trancar a ação penal movida contra o paciente, ante a patente falta de justa causa para prosseguimento.

É como voto.

06/12/2011

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 108.373 MINAS GERAIS

VOTO

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Eu também louvo, como de hábito, o voto do eminente Relator e também os fundamentos do voto do Ministro Ricardo Lewandowski, mas peço vênica para acompanhar a divergência.

Em princípio, eu votaria até pela denegação da ordem, porque o militar fardado, para o público em geral, é a face visível do poder, é a encarnação do poder, do poder mais ostensivo possível. Agora, não há nos autos, pelo que estou percebendo, a prova de que o militar se encontrava em serviço no sentido de patrulhar o estabelecimento; ele estava de passagem pelo estabelecimento comercial - no caso, um supermercado; fez uso da lanchonete do supermercado, pagou pela conta e, de passagem, já se deslocando para a rua, apanhou quatro unidades de chocolate, no que resultou, para ele, num resultado amargo. Não que o chocolate fosse necessariamente amargo, mas ele teve que responder ao processo.

De outra parte, o modo como se deu a consumação do fato me leva a supor que o seu protagonista, o agente, entendeu, na subjetividade dele, que aquilo era uma nonada, uma coisa absolutamente assim: pegar quatro unidades de chocolate e colocar no bolso. Parece que as circunstâncias do caso não evidenciam um propósito de defalcicar o patrimônio alheio.

Então, por isso, peço vênica para acompanhar a divergência.

* * * * *

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 108.373

PROCED. : MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. GILMAR MENDES

PACTE.(S) : FERNANDO HARRISON DIAS

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: *habeas corpus* concedido, em virtude de se haver registrado empate em sua votação (RISTF, art. 150, § 3º), pois os Ministros Relator e Ricardo Lewandowski denegavam a ordem, enquanto os Ministros Gilmar Mendes e Ayres Britto (Presidente) a concediam, a fim de trancar a ação penal movida contra o paciente, ante a patente falta de justa causa para o seu prosseguimento. Redator para o acórdão o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Falou, pelo paciente, o Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro e, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 06.12.2011.

Presidência do Senhor Ministro Ayres Britto. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

Karima Batista Kassab
Coordenadora